ATA REUNIÃO *ONLINE* DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 29/10/2020

Horário: 10:00 horas

Plataforma: Google Meet

Participantes:

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA); Amélia (SMDU/ LoP); Cristina Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN/ Slow Food) Janina Belo (LoP/SMDU); Jeniffer Souza, José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Lia Palm (SMDU/ LoP); Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Lucila Dias (SGM) Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Maria Alves (Agricultora zona norte); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agricultor zona norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA); Mathews Vichr Lopes (SMDU/ LoP); Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Rafael (Amlurb); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Registro:

Em 29 de outubro de 2020 foi realizada a 10º reunião ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: apresentação da Plataforma SAMPA + RURAL (Projeto Ligue os Pontos); Assentamento Irmã Alberta; PMADRSS (Plano Rural) e Informes.

A reunião iniciou-se com a Cristina informando que houve um problema técnico na gravação da última reunião (Setembro/20) e que não houve registro oficial da mesma. Acrescentou que faria uma ATA compartilhada no Google Documentos com as anotações que possuía, e solicitou a todos que pudessem dar suas contribuições.

Na sequencia, Rafael Golin da Amlurb, que participou da reunião falou sobre a Compostagem no município, produção e distribuição, pauta que foi levantada por alguns agricultores na reunião de Setembro/2020. Iniciou sua fala informando que os cinco pátios não pararam de funcionar em meio à pandemia, mesmo porque as feiras continuavam funcionando. Os números de resíduos aumentaram: de uma entrada de 6800 toneladas para aproximadamente 12.000 toneladas, o que gera de dois a três mil toneladas de composto. O composto não possui restrição de uso, seja pra uso doméstico, em hortas comunitárias ou poder público. Ressaltou que um dos focos do programa é incentivar a economia circular para fechar a cadeia produtiva.

O pedido se faz por e-mail (compostagem@prefeitura.sp.gov.br), informando quem vai usar finalidade, quantidade requerida e qual a área. Se a quantidade for pequena, o munícipe pode retirar direto no pátio. Se maior, no caso a granel, é feito um agendamento para retirada com data e horário, pois o material não é ensacado. Há casos de Instituições que levam seus sacos antes do dia da retirada para que o composto seja ensacado. O composto é peneirado antes de ser entregue. Basicamente o que e retirado são resquícios de plásticos. Está prevista a análise deste composto, e, os agricultores que o utilizam, poderão vir a ter acesso ao resultado. Isso é ainda algo a se tratar, como fazer esta comunicação e compartilhamento de dados. Como a compostagem não é atividade fim de Amlurb, não há sistema de entrega. Hoje, há cinco pátios em funcionamento (3 na zona leste, 1 centro e 1 zona oeste). Foram adquiridas balanças rodoviárias para fazer o registro das entregas, este que será interligado ao sistema da prefeitura. Disse ainda que há perspectiva de mudanças na capacidade de produção nos pátios que já existem. Rafael ressaltou que poderá informar o resultado da análise a algum conselheiro para que o mesmo possa repassar os dados.

Cyra perguntou se há a possibilidade de manter os dados da análise no portal eletrônicos da Amlurb, e a resposta foi que sim, poderá ser colocados no “link” de

compostagem. Informou que o processo de peneiração passa por dois processos. 1º peneira grossa (resto de madeira) e depois a fina.

A lógica da quantidade máxima de composto que uma instituição pode adquirir não é a lógica que a Amlurb quer trabalhar pois o poder público trabalha no atendimento do maior número possível de munícipes, sejam pessoas físicas ou instituições. O ideal é cada um deles apontar a quantidade necessária mensal ou anual, e assim analisa-se o atendimento e o fornecimento ou até a produção, no caso se insuficiente para aquela região, pensando sob o ponto de vista de planejamento de produção.

Há duas áreas que poderão ser escolhidas para um novo eventual pátio de compostagem, uma na Vila Prudente e outra no Jabaquara.

Houve observações da Tatiana e Vanda com relação à qualidade do composto devido à quantidade de plásticos encontrada e foi pedido para que se faça uma supervisão mais rigorosa das etapas do processo; por outro lado há munícipes elogiando o composto. Rafael comentou que é importante esta construção em conjunto e que toda e qualquer crítica seja endereçada ao mesmo e-mail de requisição para que possam melhorar o processo, visando a melhoria contínua.

Luis Henrique observou que se está no início de safra da agricultura urbana e a necessidade do composto é permanente e sugeriu um Grupo de Trabalho (GT) permanente de hortas urbanas. GT: Cyra, Magno, Tatiane, Maria Clara, Raquel, Luis Henrique e Vanda.

Em seguida, Lia, Mathews e Amélia apresentaram a Plataforma Sampa Mais Rural (https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/) desenvolvida no âmbito do Projeto Ligue os Pontos. É um sistema que reúne muitos dados. O SISRURAL é um sistema interno, um instrumento das políticas publicas de desenvolvimento rural acessado com login e senha onde consta o cadastro do agricultores e dados de ATER.

A SAMPA + RURAL é uma plataforma aberta ao público com dados sobre agricultura e alimentação saudável. Muitos dados partem de cadastros da própria prefeitura como o cadastro dos agricultores. Haverá integração com a plataforma

GeoSampa para que os dados automaticamente constem naquela plataforma. Há quatro grupos: Agricultura, Mercado, Turismo e Iniciativa de Políticas Públicas e subcategorias em cada uma delas. O objetivo não é ser um "marketplace" e proporcionar interação direta, mas as informações beneficiarão as conexões fora do ambiente da plataforma. Observa-se uma rede se formando. Importante construir pontes com o CMRSS. Foram feitas oficinas (Parelheiros) e uma Centro da cidade para construção da plataforma.

A Plataforma possui múltiplas funções: conhecer a zona rural com dados e mapa (ela é colaborativa, pode-se incluir local e foto, por exemplo, de agricultor, política pública que não está, e ainda solicitar atualização de dados), pode-se localizar o que há perto de determinado endereço: (horta, iniciativas, mercado, etc); há a iniciativa do selo (incentivo para divulgar produtos produzidos em SP) e mostrar restaurantes que compram essa produção e que apoiam esse mercado; Ecoturismo e Vivência Rural na cidade demostrando os dois polos de ecoturismo existentes, Zona Sul e Zona Norte e há ainda os Dados Abertos. Já houve mais de 20 contribuições de novos cadastros na plataforma desde o seu lançamento. O próximo produto é o lançamento de um selo, cujos objetivos são reconhecimento que determinado estabelecimento contribui com "uma Sampa + rural" e divulga a Sampa + Rural e assim mais pessoas conheçam esse sistema. Há a possibilidade de placas nos estabelecimentos com a informação de uso dos produtos de agricultura de SP assim como nas unidades produtivas e ainda hortas urbanas.

SIS Rural: sistema de assistência técnica e extensão rural e ambiental. É um aplicativo para uso em campo, de forma offline (muitas páreas rurais não têm internet). Há também a versão "web". A equipe da ATER Municipal não tinha instrumento de organização de dados. Será assinado um termo de cooperação técnico com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Além de informação cadastrais e de ATER informações sobre quais políticas públicos aquele agricultor acessa, poderá ser disponibilizado pelo sistema. Há os cadernos de campo com possibilidade de anexar documentos como fotos. A plataforma é sinérgica com a Plano Rural e pode ser uma fermenta do CMDRSS. Uma questão que foi colocada para reflexão foi sobre a possiblidade do CMDRSS validar e referendar este selo.

Patricia observou que a parceira que será estabelecida com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, está garantindo que o sistema se consolide e se replique para além da cidade de São Paulo e que o CMDRSS pudesse atuar de forma mais protagonista na gestão desta plataforma.

Conselho pode ter acesso a estatísticas que existem do SIS+Rural.

Cyra comentou e fez uma indagação sobre a importância de situar e o futuro do CMDRSS, para qual secretaria ele irá ou permanecer e o CMDRSS e haveria necessidade de uma secretaria executiva para assumir uma eventual parceria com Sampa + Rural para decisão e acompanhamento, por exemplo.

Importante pensar nos encaminhamentos e amadurecer a proposta de um conselho gestor da plataforma ou secretaria executiva, evoluir na ideia de validação com o selo e quando necessário a equipe do LoP estará disponível para uma próxima reunião.

Cristina e Luis Henrique apresentaram as atualizações sobre o Plano Rural. O processo foi tramitado no dia 25 de setembro para a ATL - Assessoria Técnico-Legislativa do Prefeito. Dia 16 de outubro houve manifestação da ATL para a SMDET e no dia 26 de outubro a SMDET respondeu. As articulações internas foram realizadas de forma bastante sistemática inclusive com a Secretária Adjunta da SMDET de modo a demonstrar a necessidade de agilidade de análise do processo por parte da ATL. Também relataram a dificuldade que estão tendo com a empresa de diagramação seguir as modificações que estão sendo modificadas.

A próxima pauta foi o Assentamento Irmã Alberta. A SABESP respondeu , ainda que de modo informal direto para o e-mail da secretária executiva do CMDRSS, ao ofício enviado pelo CMDRSS. Foi enviado um documento relatando que houve aumento das famílias que ocupam o terreno
Foi realizada vistoria por meio de drone, detectando-se que a ocupação aumentou

consideravelmente, passando de 40 moradias (à época de 2016) para 320. O ITESP também respondeu ao ofício, de modo oficial, de que de fato havia um processo desta área, mas o processo foi finalizado. D. Maria Alves também participou desta discussão e comentou que há 18 anos aguardam a regularização desta área, o que quer dizer que não há condições de se ter uma construção adequada de uma casa, por exemplo, vivendo de forma provisória; também que esperava que as instituições públicas responsáveis por este tema levassem a cabo o assunto da regularização. Aracy perguntou se há um levantamento de quantos assentamentos e acampamentos há na região metropolitana pois há uma demanda de atendimento para transição agroecológica e não estão conseguindo profissionais para ATER . Luis Henrique disse que a informação oficial é dada pelo INCRA e ITESP.

Aracy comentou sobre a reestruturação das Casas de Agricultura do Estado com relação à diminuição da quantidade de EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural), mas as informações ainda estão sendo desenvolvidas e o processo ainda está em desenvolvimento. Sobre as Casas de Agricultura Municipais não há nenhuma informação sobre a interrupção das atividades.

Informes: Maria Lúcia Belezzani justificou a ausência.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.